



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE ARQUIVOLOGIA

Fábio Aurélio da Silva Gomes

**AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO NO ÂMBITO DE UM ARQUIVO FEDERAL:  
um estudo de caso**

Porto Alegre  
2014

Fábio Aurélio da Silva Gomes

**AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO NO ÂMBITO DE UM ARQUIVO FEDERAL:  
um estudo de caso**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arquivologia, pelo Departamento de Ciências da Informação, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Profa. Dra. Jeniffer Cuty.

Porto Alegre  
2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Reitor: Prof. Dr. Carlos Alexandre Nétto  
Vice-Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

**FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**

Diretora: Profa. Dra. Ana Maria Mielniczuk de Moura  
Vice-Diretor: Prof. Dr. André Iribure Rodrigues

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO**

Chefe: Profa. Dra. Maria do Rocio Fontoura Teixeira  
Chefe Substituto: Prof. Dr. Valdir Jose Morigi

**COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA**

Coordenador: Prof. Esp. Jorge Vivar  
Coordenador Substituto: Prof. Dr. Rafael Port da Rocha

CIP - Catalogação na Publicação

Gomes, Fábio Aurélio da Silva  
As políticas de preservação no âmbito de um arquivo  
federal: um estudo de caso / Fábio Aurélio da Silva  
Gomes. -- 2014.  
64 f.

Orientadora: Jeniffer Cuty.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de  
Arquivologia, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Políticas de preservação. 2. Conservação  
preventiva. 3. Arquivo. 4. UFRGS. I. Cuty, Jeniffer,  
orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Departamento de Ciências da Informação  
Rua Ramiro Barcellos, 2705 – Bairro Santana  
CEP 90035-007 – Porto Alegre, Rio Grande do Sul (RS)  
Telefone/fax: (51) 3308-5143 / (51) 3308-5435  
E-mail: dci@ufrgs.br

Fábio Aurélio da Silva Gomes

**AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO NO ÂMBITO DE UM ARQUIVO FEDERAL:  
um estudo de caso**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arquivologia, pelo Departamento de Ciências da Informação, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: **As Políticas de Preservação no Âmbito de um Arquivo Federal: Um estudo de caso.**

Aprovado em 01 de julho de 2014.



---

Prof. Dra. Jeniffer Cuty (Orientadora)  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)



---

Prof. Dra. Lizete Dias de Oliveira  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)



---

Prof. Me. Rita de Cássia Portela da Silva  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Porto Alegre  
2014

*Dedico este trabalho à minha família.*

*À Arquivista Medianeira Pereira Goulart, e seu incondicional apoio e confiança no meu trabalho (Obrigado, querida Medi!).*

*A todos que fazem parte da minha vida e repartiram seu tempo comigo nestes anos de graduação, apoiando, suportando, incentivando e principalmente transmitindo energias positivas para que esta etapa pudesse ser concluída.*

*Aos colegas de curso que me apoiaram e me deram suporte nos melhores e nos piores momentos.*

## **AGRADECIMENTOS**

À banca, professoras Lizete Dias de Oliveira, e Rita de Cássia Portela da Silva, por aceitarem de forma acolhedora o convite para avaliação deste trabalho.

À minha orientadora professora Jeniffer Cuty, por seu desprendimento e “abraço de causa”, pela transmissão de seu vasto conhecimento, abrindo-me várias portas para a construção deste trabalho, com relação a todo o conhecimento adquirido por seu intermédio.

Aos colegas de turma que fizeram parte da minha vida nestes quatro anos (Turma 2010/1).

Aos professores da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO), por todo o conhecimento transmitido e compartilhado, permitindo a construção de conhecimentos que farão parte da vida de outro futuro profissional na área da Arquivologia.

À Simone Giovanella Nonnenmacher, por permitir e incentivar meus estudos.

Meus sinceros agradecimentos a todos e boa leitura!

*Marasmo, apatia,...  
Como um dia sem vento e de sol muito intenso;  
Como o voar sereno de uma gaivota sobre o mar;  
Como o embalar suave do corpo na rede;  
Como observar o farfalhar levíssimo das folhas nas árvores;  
Estudante! Ergue-te e ponha-te a caminho.  
Deixe os outros pensamentos para quando as férias chegarem.*

**Fábio Aurélio Gomes**

## RESUMO

Tendo a ideia da importância da preservação da informação para as futuras gerações, esta pesquisa objetiva conhecer o processo que envolve um arquivo histórico inserido em uma instituição federal com relação às políticas de preservação e conservação preventiva adotadas nesta instituição. Também investiga quais são as práticas de conservação adotadas em um arquivo universitário, no caso, o Arquivo Histórico do Instituto de Artes da UFRGS, e como elas indicam a existência de uma política de preservação documental interligada à realidade da instituição em que está inserido. Por preservação entendemos que são aquelas ações que objetivam ao conhecimento e a execução da manutenção física do bem cultural que se quer preservar, sendo que a conservação preventiva é um conceito igualmente pertinente a este trabalho, pois contempla o sentido de ações cotidianas em Arquivos, Bibliotecas e Museus. Procura verificar a existência de um plano de conservação de seus documentos, como instrumento de salvaguarda das informações evitando, desta forma, a intervenção de métodos mais invasivos na documentação. Os conceitos de preservação e conservação trabalhados nesta pesquisa pressupõem uma essência frágil que necessita de cuidados especiais para que não se deteriore ou se perca alguma informação preexistente que se pretende preservar. Trata de um estudo de caso como delineamento de pesquisa. Utiliza como instrumento de coleta de dados: entrevista semiestruturada, pesquisa documental e observação participante no local da documentação referente ao Arquivo e de entrevista com funcionário indicado. Analisa os dados por meio de análise de conteúdo e observações. Reflete sobre o arquivo e seu acervo, memória social e identidade cultural.

**Palavras-chave:** Políticas de Preservação. Conservação Preventiva. Arquivo. UFRGS

## ABSTRACT

Since the idea of the importance of information's preservation for future generations, this research aims to know the process that involves a history archive inserted in a federal institution, regarding the policies of preservation and preventive conservation adopted in this institution. Investigates which are also adopted conservation practices in a university archive, in case, the Historical Archives of the Art Institute of UFRGS, and how they indicate the existence of a policy document preservation interconnected reality of the institution to which he belongs. By preserving understand what are those actions that aim to knowledge and implementation of physical maintenance of the cultural object that we want to preserve, and preventive conservation is also relevant to this concept work, it contemplates the meaning of everyday actions in Archives, Libraries and Museums. Seeks to verify the existence of a conservation plan in their documents as a tool to safeguard the information avoiding thus the intervention of more invasive methods in the documentation. The concepts of preservation and conservation worked in this research assume a fragile essence that needs special care so as not to deteriorate or lose some preexisting information intended to preserve. Is a case study as research design. Used as an instrument of data collection: semi-structured interviews, participant observation and documentary research at the site of documentation on the file and interviews with staff indicated. Analyzes the data through content analysis and observations. Reflects on the file and its collection, social memory and cultural identity.

**Keywords:** Preservation Policies. Preventive Conservation. Archive. UFRGS

## LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Roteiro de Entrevista.....	29
---------------------------------------	----

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema representativo de uma Política de preservação e conservação .....	25
Figura 2 - Logotipo antigo do Instituto.....	33
Figura 3 - Fachada do Antigo prédio do Instituto de Bellas Artes. ....	33
Figura 4 - Prédio do IBA em 1914, localizado à Rua Sr. dos Passos, 248, Porto Alegre - RS. .....	33
Figura 5 - Detalhe do acervo encontrado por Círio Simon .....	34
Figura 6 - Armário deslizantes no AHIA.....	36
Figura 7 - Fotografia atual do AHIA.....	36
Figura 8 - Logotipo do Instituto de Artes da década de 1990 (criação de Eduardo Miotto) ...	37
Figura 9 - Destinação final da documentação permanente, o arquivo deslizante. Um dos adequados locais para a o armazenamento de um acervo documental. ....	47

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 CONSTRUÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA.....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 Arquivos universitários, políticas de preservação e práticas de conservação. ....</b>	<b>18</b>
<b>2.2 Procedimentos metodológicos .....</b>	<b>28</b>
<b>3 OBJETO DE ESTUDO: O ARQUIVO HISTÓRICO DO INSTITUTO DE ARTES ..</b>	<b>32</b>
<b>4 DA AUSÊNCIA, DO INTERESSE E A REALIDADE: O CAMPO EM ANÁLISE... </b>	<b>38</b>
<b>4.1 Atribuições dos sujeitos do arquivo.....</b>	<b>40</b>
<b>4.2 Políticas de preservação .....</b>	<b>42</b>
<b>4.3 Rotinas de conservação .....</b>	<b>45</b>
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>53</b>
<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>57</b>
<b>ANEXO A – REGULAMENTO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS .....</b>	<b>58</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O universo do trabalho em preservação dos documentos/informação e conservação preventiva é bastante amplo e abrangente. Alguns autores e estudiosos nos oferecem suportes básicos para aproximação da área, tais como Luis Souza, Yacy-Ara Froner, Sérgio Conde de Albite Silva, Paul Conway, Norma Cassares, entre outros. Dessa forma, a articulação das teorias com as práticas e as políticas realizadas nas instituições, leva-nos à discussão dos conceitos que envolvem a formação e atuação na preservação da informação e de outros valores na conservação preventiva como parte do processo de construção da memória coletiva.

A escolha deste tema ocorreu durante o curso de bacharelado em Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a partir do meu interesse científico e intelectual relacionado às políticas de preservação documental e as práticas e rotinas de conservação preventiva em uma massa documental. Minha experiência de estágio no Arquivo Histórico do Instituto de Artes (AHIA) foi fundamental para potencializar este interesse. Vale destacar que participo desde o ano de 2013 das rotinas do arquivo citado, através dos estágios obrigatórios I e II, com a finalidade de me aproximar das pessoas que desenvolvem a preservação e a conservação no AHIA, possibilitando a difusão do acervo arquivístico.

O Arquivo Histórico do Instituto de Artes é um patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que resgata uma parte da história das artes na cidade através de seu acervo histórico. As atividades arquivísticas realizadas junto ao fundo documental do antigo Instituto de Belas Artes visa à continuidade de uma política arquivística já implantada através dos trabalhos realizados desde sua fundação.

Para a observação e análise desse espaço como objeto de estudo, levaram-se em conta vários fatores como: os profissionais do arquivo e sua formação, o espaço físico em que estão localizados (fator determinante na conservação preventiva), os problemas com a falta de definições e políticas de preservação, trabalho reativo e não proativo, entre outros.

Adentrando ao nosso tema principal podemos dizer que as políticas de preservação arquivísticas não são produtos ou consequências da entrada em vigor

de um ato legal ou normativo e sim de decisões políticas institucionais que envolvem a presença e atuação do Estado e da sociedade em torno do que se quer salvaguardar para a posteridade.

Segundo Couture<sup>1</sup>:

A legislação arquivística é parte indissociável e primeira de toda política de gestão de documentos que, num país, se concretiza em uma política nacional de arquivos. [...] a solução da maior parte dos problemas colocados pela gestão de arquivos passa pela infraestrutura legislativa [...] entretanto, somente uma lei de arquivos não é tudo. Ela deve fazer parte de um conjunto que é uma política nacional de arquivos cujos componentes são a legislação e sua regulamentação, os recursos (humanos, materiais e financeiros) e um programa de ação. (COUTURE, 1998 *apud* INDOLFO In: VENANCIO; NASCIMENTO, 2012, p.11-12).

No Brasil existe um órgão regulador das políticas de arquivo, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Este conselho está vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, e tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos. O Arquivo Nacional, através do Conarq, também cumpre a função exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo (CONARQ, 2014b).

No CONARQ encontra-se a Câmara Técnica de Preservação de Documentos que foi instituída pela Portaria nº 07, de 21 de agosto de 1995, a qual tem por objetivo atender às demandas de normalização e criação de instrumentos metodológicos, técnicos e normativos, visando à preservação dos acervos documentais dos arquivos públicos e privados (CONARQ, 1995; 2014a). O resultado destes estudos consubstanciou-se no ano 2000 na publicação das Recomendações para a Construção de Arquivo, que se destina a orientar o planejamento para a construção, adaptação e reforma de edifícios que atendam às funções específicas de um arquivo permanente<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> COUTURE, Carol. Rôle ET champ d'application de La législation archivistique. **Ciberlegenda**, Niterói, n. 1, 1998. Disponível em: [HTTP://www.uff.br/mestcii/carol1.htm](http://www.uff.br/mestcii/carol1.htm)>. Acesso em: 31 mai. 2007.

<sup>2</sup> Ver pesquisa MACHADO, Laura Gomes. **As características arquitetônicas dos edifícios de arquivo**: o espaço como fator determinante na preservação de acervos. (Trabalho de Conclusão de

Posteriormente, a Portaria nº 81 de 16 de junho de 2008 alterou o nome desta Câmara Técnica de Conservação de Documentos para Câmara Técnica de Preservação de Documentos (CONARQ, 2008).

Para Indolfo (In: VENÂNCIO; NASCIMENTO, 2012, p. 12):

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 5 de outubro de 1998, [...] o esforço pela conquista de um aparato legal só foi complementado com a promulgação da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, conhecida como Lei dos Arquivos, que dispõe sobre política nacional de arquivos públicos e privados. [...] A elaboração de leis e regulamentos, assim como a produção de normas e diretrizes, pelos agentes do Estado responsáveis pela política nacional de arquivos, foram buscadas como elementos capazes de oferecer instrumental técnico científico para a ordenação do “caos documental” em que se encontravam tanto as instituições arquivísticas públicas como serviços arquivísticos. (INDOLFO In: VENÂNCIO; NASCIMENTO, 2012, p. 12).

A cultura contemporânea, ou a chamada era da informação, vem exigindo cada vez mais que se construa uma normalização para o processo de preservação e até mesmo que a preservação seja tratada como um conjunto de políticas a serem instituídas em cada Arquivo, Biblioteca e Museus. Este processo, se bem executado, fará com se tenha uma integração e interligação com qualidade e eficiência no trato com o patrimônio cultural.

A implantação da legislação arquivística no Brasil se dá pela mesma razão, que também é citada pela arquivística internacional, a qual sempre destacou a ausência de uma legislação específica na área de acesso à informação e aos próprios arquivos. Pesquisadores nacionais concordam com este ponto de vista uma vez que o aparato legal é apontado como *sine qua non* para a superação da conturbada massa documental, legando às normas arquivísticas e ao fazer arquivístico o poder de organização e a capacidade de fornecer soluções.

A preocupação de pesquisadores da área da Conservação é produzir referências com um olhar a partir do seu *locus* de origem. Isso é o que verificamos com a produção da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bem como a

UFRGS, no seu projeto intitulado Conservação Preventiva e Gerenciamento de Riscos em Coleções, o qual está andamento. Esta pesquisa busca dialogar com essa forma de pensar a conservação dentro da preservação, entendendo que ela deve ser produzida no contexto do seu autor para que este mesmo contexto possa ser repensado.

Nesse sentido, com base no estudo da Conservação Preventiva e da Preservação da Informação, este estudo tem como problema: Quais as práticas de conservação adotadas em um arquivo universitário e como elas indicam a existência de uma política de preservação documental interligada à realidade da instituição em que está inserido? Como objetivo geral: “Observar e analisar as práticas de conservação preventiva no âmbito das políticas de preservação em um arquivo universitário” e como objetivos específicos:

- a) Observar em um determinado arquivo universitário as formas das políticas de preservação do acervo documental;
- b) Através da análise documental, verificar quais são as rotinas previstas de conservação preventiva;
- c) Verificar junto aos funcionários do arquivo a existência de políticas, planos e/ou métodos de conservação preventiva para fins de preservação da informação arquivística.

## 2 CONSTRUÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

A Arquivologia em seu amplo contexto de atuação, tanto prática como teórica, abrange inúmeros conceitos em constante revisão. Alguns constituem o cerne do fazer e das práticas arquivísticas. Neste trabalho serão mencionados alguns, em detrimento a outros, por estarem mais diretamente atrelados ao objeto do estudo. Quando nos referimos à área da Conservação, devemos pensar que ela é um conceito interdisciplinar, presente em diversas áreas e que é uma metodologia, no caso da Conservação Preventiva, que determina formas de observar, atuar e analisar arquivos, bibliotecas e museus.

Etimologicamente o termo Arquivo vem do grego *archon* (arconte), o qual sofreu evoluções até posteriormente para o latim *arcivium*, *archivum* e finalmente *archivium*, originando a palavra arquivo em português. O termo archivalia é derivado de *archivabilia*, que significa “coisas arquiváveis” (SCHELLENBERG, 1974). O Dicionário de Terminologia Arquivística (2007) define arquivo como o:

Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza dos suportes. (DICIONÁRIO, 2004, p.19)

Uma das definições que merece destaque é a de Lopes (2000) que propõe um novo conceito de arquivo, adaptando a versão clássica do termo aos novos tempos. Para isto ele define arquivo (informações registradas) do seguinte modo:

1. Acervos compostos por informações orgânicas originais, contidas em documentos registrados em suporte convencional ou em suportes que permitam a gravação eletrônica, mensurável pela ordem binária (bits);
2. Produzidos ou recebidos por pessoa física ou jurídica, decorrentes do desenvolvimento de suas atividades, sejam elas de caráter administrativo, técnico, artístico ou científico, independentemente de suas idades e valores intrínsecos (LOPES, 2000, p.33).

Atualmente os arquivos são vistos como uma prioridade no mundo, pois a quantidade de informações que é gerada diariamente, bem como a massa documental produzida, necessita por parte de seus governantes de uma política para organizar e gerenciar este problema. Desta forma é que um governo poderá ter um controle efetivo de suas ações, bem como garantir a transparência de seus atos a todo e qualquer cidadão.

Reconhecer a inestimável ajuda dos arquivos como fonte de informações necessárias para as pesquisas é fundamental em um país cuja visão esteja comprometida com o desenvolvimento, os direitos dos cidadãos e as políticas de inclusão social.

Segundo Cuty (2012, p. 46):

Tratando do patrimônio documental como aquele que nos transmite informação, podemos aprimorá-lo, chegando à noção de patrimônio cultural, como aquele que nos transmite informação e significados, definindo no universo simbólico de um grupo social ou de uma nação, revelando valores a ele agregados. (CUTY, 2012, p.46).

A administração pública não pode deixar de consultar seus arquivos (documentos), tendo em vista que eles constituem um instrumento administrativo básico para dar continuidade às suas ações, independentemente da área ou do seguimento de atuação, os arquivos contemplam dados e informações capazes de subsidiar qualquer tomada de decisão, seja na parte social, econômica, científica ou tecnológica. Segundo Derrida (*apud* GOULART, 2002, p. 5):

[...] o conceito de arquivo não está voltado para o passado, contrariamente ao que temos tendência a pensar. A memória é questão de futuro anterior que, em alguma medida, decide seu sentido e sua existência. É sempre nessa temporalidade que os arquivos se constituem. (DERRIDA, *apud* GOULART, 2002, p. 5).

Tal prática é importante para se tomar conhecimento de como as instituições conceituam suas práticas de conservação de documentos, entre elas as Universidades, as quais possuem caráter público. Esse caráter indica o respeito à memória social coletiva do Estado, quando pensamos em acervos e arquivos históricos em grandes centros de pesquisa e de ensino.

## **2.1 Arquivos universitários, políticas de preservação e práticas de conservação.**

De acordo com Bottino (1995, p.61), “a abordagem do tema arquivo universitário na realidade brasileira deve ser vista sob o prisma histórico-contextual do binômio Universidade/Arquivologia”. Os dois estão extremamente ligados, pois é preciso analisar este contexto no qual está inserido o Arquivo Universitário, para encontrar sua situação atual. Nesse sentido, destaca que:

Ainda há uma fraca relação entre os arquivos e a academia; a percepção de que o arquivo universitário é importante ainda não está bem conceituada dentro da rotina acadêmica, por isso a arquivologia deve se mostrar essencial na vida da universidade, fazendo com que esta entenda a necessidade de arquivar os documentos de forma correta a fim de se poder recuperá-los posteriormente quando se precisar, armazenando-os em arquivos correntes, intermediários e permanentes de acordo com as necessidades da Universidade. (BOTTINO, 1995.p.61).

No Brasil os arquivos universitários possuem funções específicas que muitas vezes são desconhecidas pela própria instituição. Um Arquivo Universitário é formado pela acumulação dos documentos gerados ou reunidos por suas determinadas instituições, públicas ou privadas, durante seu ciclo de vida. Assim, dentro das instituições que salvaguardam os documentos, no que se refere à valorização toda a informação nele contida ou a ele relacionada, deve ser preservada para a posteridade. O documento é, portanto, um suporte de memória.

O que se percebe, a partir da obra de Boso *et al.* (2007, documento eletrônico), é que muitos dos arquivos universitários estão inseridos em instituições que mantêm seus acervos isolados e acondicionados de forma totalmente precária, mal cuidados à mercê dos agentes degradantes dos suportes que contem a informação.

Segundo Cuty (2012) no Brasil, é relativamente recente a pesquisa sobre o gerenciamento ambiental de museus, bibliotecas e arquivos, o qual se refere ao diagnóstico do ambiente organizacional e das condições físicas, analisadas a partir da observação dos chamados macro, médio e microambientes das coleções.

Além disto, não devemos esquecer de que o arquivo universitário possui

relevante importância para a vida acadêmica de seus alunos, pois ele deve estar voltado para o saber científico, a preservação e difusão do conhecimento.

Segundo Bellotto (1989, p.25), os arquivos permanentes universitários:

[...] possibilitam eficiência administrativa-acadêmica, informam sobre os procedimentos passados de ensino e de pesquisa; guardam direitos e deveres de professores, alunos e funcionários durante seu tempo de permanência na universidade e mesmo depois dele; finalmente, fornecem dados de toda a ordem como “grande capital de experiência” para a continuidade institucional da universidade. (BELLOTTO, 1989, p.25).

Portanto, o arquivo universitário deve ser preservado, pois é ele que terá a função de guarda da trajetória do conhecimento desenvolvido a partir do trabalho científico.

Cassares (2000) conceitua preservação como sendo um conjunto de medidas e estratégias que podem ser de ordem administrativa, política e operacional que visam contribuir direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais. Com relação à conservação definem como: “ações diretas no bem cultural degradado, com o objetivo de estabilizar suas condições e retardar sua deterioração.” (CASSARES; TANAKA, 2008, p.38); Por fim, quanto à restauração, identificam a como sendo:

Ações diretas no bem cultural danificado ou deteriorado com o objetivo de facilitar a sua percepção, apreciação e riscos potenciais de compreensão, respeitando suas propriedades estéticas, históricas e físicas. (CASSARES; TANAKA, 2008, p.38).

Gaël de Guichen, o criador dos famosos cursos de Conservação Preventiva ministrados pelo *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* (ICCROM), em sua entrevista realizada em 2009 ao comitê científico técnico do (Grupo Espanhol do Instituto Internacional de Conservação) GEIC relata que o público em geral não se dá conta do que significa conservar um objeto e que este assunto é relativamente novo, devendo fazer por volta de cinquenta anos que se começou a tomar consciência da importância do patrimônio cultural e de sua fragilidade. Informa ainda que entre os anos 1957 e

1977 ainda não tinha a denominação conservação preventiva e visavam apenas ao controle do clima. (GEIIC, 2009).

A ideia de Conservação Preventiva foi sendo construída, principalmente após as destruições do patrimônio pela II Guerra Mundial, até se constituir em um dos pilares da conservação, junto à conservação curativa e à restauração.

Como se vê, as políticas de preservação abrangem o estudo mais amplo no que tange à conservação dos documentos, pois é a partir delas, se eficazmente implantadas, é que todas as outras práticas e rotinas de trabalho terão o sucesso almejado. A busca da conservação preventiva como conceito, conjunto de práticas e metodologia de trabalho, nos últimos cinquenta anos, é evitar, ao máximo, que se chegue à intervenção direta, a qual deverá ser realizada por um profissional conservador-restaurador e não pelo Arquivista. As demandas da restauração, entre elas, por muitos recursos e pela contratação de um profissional altamente qualificado e especializado, além do enorme impacto sobre os objetos e documentos, fazem com que seja cada vez mais evitada.

Para que isto aconteça é necessário o engajamento dos administradores das universidades de forma a implantar as políticas e conjunto de práticas pertinentes ao arquivo dentro das suas instituições, executando com propriedade tarefas de planejamento, avaliação e classificação de seus documentos ao longo de todo o seu ciclo vital, desde a sua criação, até sua conservação ou eliminação definitiva. Este processo deve ser executado de acordo com os critérios técnicos e legais estabelecidos pela instituição e, no caso desta pesquisa, pela universidade.

Para Bottino:

No que tange à gestão de documentos nos arquivos universitários, temos o pioneirismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e [...] dada demanda e a necessidade de as instituições de ensino superior dispor de instrumentos de gestão de arquivos para a realização de seus trabalhos, em 2006, o Arquivo Nacional realizou o I *workshop* com Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) para debater sobre classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivos relativos às atividades-fim. (BOTTINO, In: VENÂNCIO; NASCIMENTO, 2012, p.24).

Neste processo, caberá conhecer a importância do conjunto de práticas cotidianas que orientam as ações do responsável pelo arquivo e seus assistentes.

Essas rotinas formam um sistema de informações úteis à continuidade das atividades organizacionais e promotoras de desenvolvimento no intuito da preservação de sua documentação:

O arquivista é o bacharel em Arquivologia, cuja formação é generalista, pautado numa construção interdisciplinar que exige conhecimentos básicos na área da Administração, da Comunicação, da Diplomática, do Direito, da História, da Informática, da Paleografia, com a finalidade de preparar um profissional cidadão integrado na sociedade (RICHTER; GARCIA; PENNA, 2004, p.68 - 69).

O profissional de arquivo deve ainda ter a competência e as habilidades que se subentende adquiridas após a formação acadêmica, estar sempre atualizado com as novas tendências, suportes da informação, tecnologias e Leis, entre outros. O código de ética profissional relaciona os direitos e deveres que os profissionais devem respeitar no exercício de suas funções, fazendo com que repercuta na qualidade do trabalho e na valorização da profissão na sociedade.

Na obra *Tópicos em Conservação Preventiva: princípios históricos e filosóficos da Conservação Preventiva* (2008a; 2008b), as professoras Yacy-Ara Froner e Alessandra Rosado, tratam da discussão dos conceitos que envolvem a formação e a atuação da Conservação Preventiva, considerando quais os bens materiais e culturais que devem ser preservados e seu sentido para a história. As autoras dispõem sobre as teorias da Ciência da Conservação (prática e teoria), a física e a química como agentes necessários para o trato e a manipulação da matéria. Deste estudo também se destaca o primeiro encontro internacional (1930) para tratar dos princípios científicos da restauração, promovido pelo Escritório Internacional de Museus da Liga das Nações, vindo futuramente, após vários encontros referentes ao mesmo tema, tornar formal o documento chamado Carta Del Restauero, a qual determinou a construção da noção de patrimônio cultural. Já foram vistos outros conceitos de conservação preventiva, porém, o conceito de Carvalho (2002) vem contribuir com este estudo. Nele a autora conceitua Conservação Preventiva como aquela que “aplica-se a todos os elementos do patrimônio, em situação de deterioração ativa ou não, visando a protegê-los de qualquer agressão natural ou humana” (CARVALHO, 2002, p.3).

Como verificamos o trabalho a ser realizado em um acervo não deve ser de responsabilidade de uma única pessoa e, sim, de uma rede de profissionais envolvidos com as coleções que se quer preservar. Salienta-se ainda que antes da boa vontade e competência dos profissionais é importante atentar-se para as políticas da instituição detentora dos acervos. Ínfimos recursos, falta de conhecimento por parte dos gestores institucionais, vontades políticas, entre outros, são fatores comumente encontrados no universo dos acervos brasileiros.

Muitas são as adversidades no contexto das questões de conservação e preservação de acervos, entretanto algumas atitudes podem alterar este cenário, como, por exemplo, atentar para uma melhor formação da equipe destacada para as atividades arquivísticas, como cursos de capacitação e formação em conservação preventiva. Desta forma a equipe tenderá a adquirir e ampliar a sensibilidade com relação a todos os problemas que afetam a conservação do acervo, desde o planejamento até a rotina de limpeza e manutenção, incluindo a programação de obras da estrutura física e as políticas administrativas para a aquisição de recursos financeiros.

Cita-se também a parte do texto de Froner e Rosado (2008a) que fala sobre as práticas amadoras de arqueólogos, restauradores, conservadores, bibliotecários, arquivistas e museólogos que ao invés de contribuir para a preservação da cultura material podem acarretar danos irreparáveis ao que se quer preservar apagando os vestígios do passado. O texto informa ainda a respeito dos manuais relacionados à Conservação Preventiva, os quais se encontram à disposição na internet e como é realizado no Brasil com a organização de classe a Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais (ABRACOR).

Em outra obra, Froner e Souza (2008b) informam que os responsáveis por estes processos devem ter em mente a permanente reciclagem de seus conhecimentos passando para todas as esferas sociais, seja pública ou privada; das iniciativas empresariais ao cidadão comum. O desconhecimento é o maior inimigo de uma instituição e não investir em preservação ou propor medidas que resguardem seus arquivos é condenação do acervo e danos muitas vezes irreversíveis ao objeto que se quer preservar.

Cabe aos museólogos, arquivistas, bibliotecários, arquitetos, biólogos e químicos a reciclagem do conhecimento para agirem em reservas técnicas,

ambientes expositivos e laboratórios, evitando que pessoas despreparadas atuem nestas áreas. Quando se fala em políticas de preservação, entende-se por pessoas e instituições, os quais determinarão quais são os bens materiais culturais que deverão ser preservados ou não, a quem possa interessar estes bens, qual seu sentido para a cultura ou a história da humanidade.

Em se tratando de uma instituição, são os regimentos internos que norteiam as ações preservacionistas mediante a apresentação de projeto, para um período de curto, médio ou longo prazo. Bibliotecas e arquivos devem se adaptar às novas mídias: impressas, eletrônicas e digitais.

Para Martins:

Há desafios enormes para a preservação do patrimônio científico e tecnológico nas universidades e em outras instituições científicas. Uma enorme quantidade de documentos importantes já foi perdida, e uma grande quantidade está para se perder. É necessário cuidar da documentação antiga que está em perigo, mas também é essencial criar mecanismos para a preservação da documentação corrente, que terá futuramente grande importância histórica (MARTINS, 2006, p.90).

As ações preventivas visam evitar a intervenção direta (restauração) que se justifica apenas quando o objeto a ser restaurado retornar para um local apropriado e planejado. Para isto são observados os ambientes (organizacional e físico) das coleções que passarão por diagnóstico e proposta de gestão em conservação preventiva. Na observação do ambiente físico, organiza-se a informação coletada em um olhar sobre o macroambiente das coleções (situação urbana), o meioambiente (o prédio do Arquivo) e o microambiente (mobiliário, estantes, ou seja, armazenamento e acondicionamento).

Além dos profissionais já citados, a gestão para preservação deve envolver o pessoal de segurança, limpeza, de manutenção predial, e todo o grupo que pertence ao quadro institucional. Deve ainda envolver recursos e previsão orçamentária, tendo em mente que as leis de incentivo à cultura são recentes e podem ser acessadas por estas instituições através de projetos eficientes. As demandas de curto prazo devem ser supridas por um plano diretor para a manutenção da instituição; projetos de médio prazo necessitam de recursos internos ou externos e

os de longo prazo são obtidos por meio da somatória dos resultados dos projetos de curto e médio prazo.

No âmbito das questões da preservação pode-se mencionar a contribuição de Cuty (2012) que expõe a avaliação de fatores intrínsecos dos documentos, ou seja, de fabricação, e extrínsecos ou ambientais, na definição de conservação preventiva. Importante de se salientar também sobre as “tecnologias da preservação” (SILVA, 1998) e seu conjunto de conhecimentos, procedimentos e equipamentos necessários ao tratamento dos documentos a fim de promover o acesso ao conteúdo. A tese citada (CUTY, 2012) trata da transformação do conceito da preservação do patrimônio, da sua noção ligada às práticas sociais e às políticas urbanas, vistas a partir do cotidiano dos sujeitos nelas envolvidos. Neste processo a autora aborda a temática da compreensão da cidade e da preservação do patrimônio cultural urbano, metodologia que nos auxilia a pensar as práticas de conservação em acervos.

Em todo este universo “palpável” das informações, pergunta-se quais são os procedimentos que se deve ter em mente para se preservar as informações?

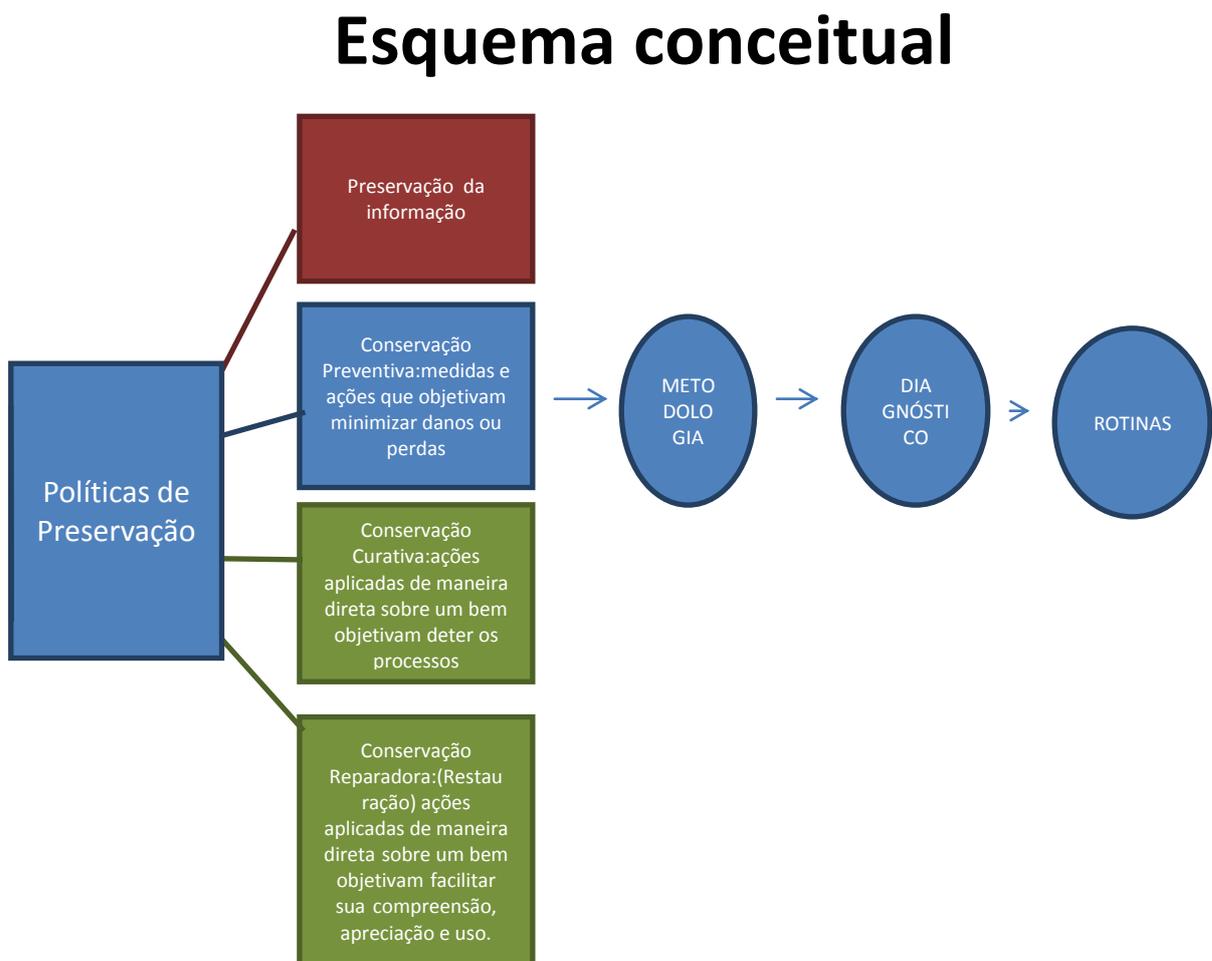
Para a preservação efetiva de uma fonte de informação são necessários vários processos eficazes a serem adotados com o compromisso da obtenção de resultados adequados. Para isso são envolvidas as políticas, os procedimentos e os processos de preservação que evitem a deterioração ulterior do material de que são compostos os objetos. Atualmente se considera que uma ação de preservação deverá ser aplicada a um conjunto de itens com o objetivo de torná-la disponível para uso.

Para Froner e Rosado:

Dentre os inúmeros caminhos percorridos na formação de profissionais voltados para a preservação dos acervos, atualmente, a conservação preventiva tem significado uma mudança profunda de mentalidade. Conservação, restauração e preservação, ainda hoje, são termos que se cruzam e se sobrepõem. [...] Se, num primeiro momento, a ação da conservação preventiva implica certos custos, em longo prazo resulta em economia quantitativa e qualitativa, uma vez que preserva a integridade material dos artefatos, possibilitando estudos mais acurados, e ao mesmo tempo descarta métodos de intervenção mais agressivos e caros. (FRONER; ROSADO, 2008a, p.18).

Com base em leituras a cerca do tema pesquisado elaborei um esquema representativo de uma Política de preservação e conservação que contempla as etapas concernentes às atividades referentes a esta política:

Figura 1 - Esquema representativo de uma Política de preservação e conservação



Fonte: Edição do autor, 2014.

É necessário vencer os grandes obstáculos financeiros e de resistências políticas e simbólicas que retardam o projeto. Há um imaginário (negativo) da intervenção em locais com acervos e nos bancos universitários de formação de arquivistas, o qual retarda ainda mais a aplicação e aprimoramento, no Brasil, da conservação preventiva. Ele é negativo, pois mantém as instituições e a visão dos

profissionais reativas frente ao trabalho com o acervo, ao passo que a conservação preventiva se caracteriza por uma postura proativa.

Quatro conceitos descrevem o contexto para ação de preservação: a custódia, a importância social, a estrutura e a cooperação. Quando se pensa em prioridades de preservação, Conway (2001) cita a longevidade (expectativa de vida), a escolha (os de caráter permanente e os correntes), qualidade (fazer uma vez, e fazer certo), integridade (preocupação com as evidências de autenticidade), e o acesso (instrumento de pesquisa). Devido à constante mudança das tecnologias e das organizações (expressão própria da Administração, aqui entendida como instituição de guarda de acervos), comprar um programa de tecnologia digital ficou muito comum, porém, ela deve ter em mente sua considerável capacidade de permanência e isto não trará implicações de longo alcance para a empresa ou a instituição analisada. Neste campo o microfilme foi e continua sendo o melhor suporte à reprodução de jornais volumosos e frágeis e tornar conhecidos materiais de pesquisa desconhecidos. O microfilme ainda deve ser citado em uma pesquisa sobre políticas de preservação e práticas de conservação, pois ele possui uma legislação específica e ótima estrutura para preservação da informação.

O processo no mundo digital é relacionado a um sistema como um todo e não apenas a um determinado componente. O gerenciamento da preservação no campo digital tem assumido, no mínimo, três diferentes significados que possibilitam o uso dos suportes, protegem o item original e mantêm os objetos digitais (ou seja, evitam a deterioração). Esta estrutura pode envolver a escolha inicial da tecnologia, a tecnologia de formação de imagem digital na reprodução de material, na reprodução e na proteção da informação digital.

Todo este contexto envolve custódia (acervo), a importância social (consciência histórica), a estrutura (gerenciamento de risco) e a cooperação (cooperativismo). Arquivistas, bibliotecários e museólogos podem auxiliar no exercício de controle da integridade dos arquivos de imagens digitais através de procedimentos legais de acesso e do registro das sucessivas alterações de um determinado arquivo digital. Este é um mercado altamente competitivo e a expectativa de vida útil ainda é bastante desconhecida. A exigência de migrar importantes arquivos de imagem digital para futuras gerações de tecnologia são importantes questões sobre as quais estes profissionais deverão assumir o

compromisso. Essa área específica e esse movimento social também contribuem para a revisão conceitual do campo da preservação e da conservação.

Em se tratando de um estudo sobre preservação não se pode deixar de mencionar um relato muito importante nesta área e que atualmente está muito presente. O estudo da Preservação Digital. Em “Preservação no Universo Digital” (2001), Paul Conway fala do Projeto de Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos (CPBA) uma experiência entre instituições brasileiras e a organização norte americana *Commission on Preservation and Access*, atualmente incorporada ao CLIR – *Council on Library and Information Resources* (Conselho de Recursos em Biblioteconomia e Informação). O CPBA possui um valor histórico como projeto que traduziu referências para o português.

Este novo ambiente armazenador e condutor das informações digitais nos remetem a tentarmos responder a pergunta: Como é que devemos proceder em um mundo digital ou digitalizado? O armazenamento das informações em arquivos e bibliotecas, entre outros, das evidências do mundo em que vivemos, são frágeis, pois dependem de bibliotecários e arquivistas, assim como os clérigos e escribas, na antiguidade, para que a informação contida nos suportes aumentem suas chances de preservação.

O universo digital transforma os conceitos da preservação tradicional e o texto informa que a expectativa de vida dos objetos declina através dos anos e que durante o século XX, com exceção do microfilme, continuarão a declinar para o alto grau de densidade de informação que é comum atualmente.

Depende-se de máquinas, que rapidamente atingem a obsolescência fazendo com que a essência do gerenciamento da preservação esteja na alocação de recursos e nas pessoas, recursos e materiais que devem ser requeridos, organizados e postos em prática para assegurar a proteção adequada às fontes de informação.

Este panorama nos faz pensar nos desafios a serem enfrentados pelos locais com acervos, por seus funcionários e dirigentes, mas, sobretudo, pelo campo de atuação de arquivistas, bibliotecários e museólogos, os quais devem seguir em diálogo entre eles e com outros profissionais, a fim de qualificar mais sua ação cotidiana. Se as áreas se transformam com muita rapidez, há a necessidade constante de atualização e revisão conceitual de profissionais e pesquisadores

dedicados ao tema dos acervos e do patrimônio cultural. Esta pesquisa, portanto, vêm no sentido de buscar esta revisão e contribuição da área, pensando práticas de conservação, políticas de preservação em um arquivo, no caso histórico e inserido no âmbito universitário.

## **2.2 Procedimentos metodológicos**

O conhecimento científico caracteriza-se por ser analítico, falível e útil, entre outros atributos. Analítico, porque o processo de análise deve preceder a síntese; falível, porque não é definitivo e novas pesquisas podem reformular conhecimentos existentes e, finalmente útil, pois deve cumprir alguma função social, ser fonte de pesquisa, representar um avanço científico/tecnológico ou solução para problemas. O objetivo fundamental de uma pesquisa é o de qualificar as questões mediante o emprego de procedimentos científicos.

Este estudo objetivou gerar novos conhecimentos úteis, aprofundando o arcabouço teórico da área da preservação, abrangendo, dessa forma, interesses universais. Esta pesquisa é de cunho qualitativo devido à forma de abordagem do problema sugerido, não necessitando do emprego de um instrumental estatístico na análise verificada. A generalização da pesquisa qualitativa encontra-se mais associada à qualidade das decisões do que à quantidade. Por tratar-se de uma pesquisa descritiva, visou descrever as características de determinada população, envolvendo o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Considereei como sujeitos desta pesquisa: o interlocutor um, que é o atual gestor do arquivo; o interlocutor dois, o qual exerce função de técnico responsável pelo arquivo analisado; e o interlocutor três, um bolsista do curso de História. A escolha destes entrevistados almeja ter percepções diferentes de níveis hierárquicos distintos do Arquivo pesquisado, no caso o Arquivo Histórico do Instituto de Artes da UFRGS. Buscou-se observar e analisar suas colocações a respeito de suas práticas cotidianas, considerando que eles possuem diferentes níveis de conhecimento e áreas de atuação.

Apesar de a pesquisa qualitativa ter como referência a utilização de roteiros para entrevistas não diretivas, que conforme Thiollent (1982) levam a liberdade do interlocutor para narrar aspectos do seu cotidiano, para esta pesquisa, escolheu-se

como técnica de coleta de dados a entrevista do tipo padronizada ou estruturada, que segundo Marconi (2003) é:

Aquela em que o entrevistador roteiro previamente estabelecido, as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas. Ela se realiza de acordo com um formulário [...] elaborado e é efetuada de preferência com pessoas selecionadas de acordo com um plano. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.197).

Dessa forma, essa técnica permite a padronização das perguntas em sequência, o que facilita a comparação das respostas.

A entrevista se constitui em uma ferramenta de pesquisa para a coleta de dados, na qual a comunicação, se bem empregada, permitirá ao entrevistador retirar das suas perguntas (respostas), através das pessoas de seus entrevistados, elementos de reflexão muito ricos que contribuirão para o entendimento do significado que os entrevistados atribuem a questões e situações sobre o tema abordado. O entrevistador faz as perguntas diretamente aos entrevistados e os deixa responder livremente com relação aos temas escolhidos.

Com base no instrumento abaixo demonstrado, foram trilhados os rumos da pesquisa. Logo após o roteiro, o autor desta pesquisa sentiu a necessidade de formular questões aos seus interlocutores, as quais serão igualmente apresentadas.

Roteiro de entrevista empregado:

Tabela 1 - Roteiro de Entrevista

Qual é a sua função ou cargo?	Qual a função exercida pela pessoa que está sendo entrevistada.
Você possui algum documento oficial que trate da preservação de seu acervo?	Pesquisa documental (solicitar documentos) oficiais ou não para conhecer o que já foi aprovado pela União.
Qual é o caminho percorrido pelos documentos ao entrar na UFRGS?	Procurar saber qual é trâmite de um documento até chegar ao Arquivo.
Se você precisasse se ausentar por algum tempo teria outra pessoa capaz de executar as tarefas feitas por você?	Verificar se as funções exercidas pelas pessoas que trabalham no arquivo podem ser executadas por outras pessoas (emancipação)

Fonte: GOMES, 2014.

Questões propostas aos entrevistados a partir do instrumento acima:

- a) Solicitou-se aos interlocutores que se identificassem informando também a função exercida junto ao arquivo.
- b) O AHIA possui documentos normativos ou de caráter institucional que promova uma política de preservação a partir da metodologia da conservação preventiva?
- c) Qual é o trâmite dos documentos até chegarem ao arquivo?
- d) Quais são os documentos que são destinados ao AHIA?
- e) Na ausência do interlocutor existe outro funcionário com a mesma capacitação que possa substituí-lo?
- f) As pessoas que estão ligadas ao arquivo recebem treinamento para atender a conservação preventiva?

Também se utilizou a observação participante, a qual foi construída ao longo do período de um ano de contato com o arquivo do AHIA e seus integrantes. Esta análise se deu através da experiência adquirida através dos estágios realizados neste local, a observação de tarefas como: técnicas adotadas para a higienização e pequenos reparos, análise dos documentos para a avaliação e classificação da massa documental, etc.

A estrutura utilizada no roteiro buscou traçar o perfil dos interlocutores, saber seu nome e função desempenhada no AHIA, considerando que alguma questão com um determinado interlocutor poderia não estar tão familiarizado com o assunto; saber sobre a existência ou não de documentos oficiais que tratem da conservação preventiva e das políticas de preservação do Arquivo; qual é o trâmite dos documentos, e quais são documentos destinados ao arquivo; o treinamento dispensado aos que efetivamente lidam com o acervo; se existe pessoa que possa substituí-lo em caso de ausência.

Esta pesquisa envolveu uma abordagem naturalista e interpretativa frente às observações em campo e aos relatos dos interlocutores. Ao entrar em contato com o mundo acadêmico e da Instituição no seu cenário natural, foi possível observar como é realizado o trabalho proposto, bem como, descobrir qualitativamente, como se processa o trabalho de conservação e preservação dos documentos e com que

frequência este processo é executado no Arquivo Histórico do Instituto de Artes (AHIA), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A pesquisa em campo se desenvolveu no decorrer do mês de maio de 2014, no Arquivo do AHIA, a partir de encontros agendados. Entregou-se aos interlocutores um termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice A) ao final do trabalho, a ser assinado no ato da entrevista e utilizou-se como instrumentos para a pesquisa: o gravador, máquina fotográfica e anotações, com o devido consentimento dos entrevistados.

No próximo capítulo conheceremos um pouco mais sobre o objeto de estudo, sua história e trajetória desde sua fundação até os dias atuais.

### **3 OBJETO DE ESTUDO: O ARQUIVO HISTÓRICO DO INSTITUTO DE ARTES**

O objeto de estudo desta pesquisa foi definido a partir da experiência adquirida pelas disciplinas obrigatórias do curso de Arquivologia, as quais foram cursadas neste mesmo local. Através do conhecimento adquirido no arquivo surgiu a curiosidade de expandir o conhecimento com relação às atividades de conservação preventiva. Abaixo, apresentamos uma breve narrativa sobre este local de memória pública.

O Arquivo do AHIA está subordinado diretamente à direção do Instituto de Artes da UFRGS e objetiva ser um local de referência de Instituições que valorizam e preservam sua história, sua memória, e que se preocupam em cuidar do seu acervo de forma a torná-lo disponível ao patrimônio público documental.

O Instituto de Belas Artes é constituído de um organismo complexo, no interior do qual se cruzam personagens e representações comandadas por obras de arte e ações culturais, além de um rico conjunto orgânico de documentos de natureza histórica, acadêmica e administrativa, produzidos e recebidos, desde a criação do Instituto de Bellas Artes. Neste setor acompanham-se os documentos entre os anos de 1908 e 1962. Esta instituição nasceu com a sua competência interna e seus limites definidos para se constituir uma entidade autônoma do voluntarismo da natureza de qualquer um dos membros.

Um resumo da trajetória do Arquivo Histórico do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, segundo a Arquivista Medianeira Goulart constitui-se da seguinte maneira, conforme apresentado no site da UFRGS:

O Acervo do Arquivo Histórico do Instituto de Artes teve sua constituição a partir da fundação do Instituto de Bellas Artes de Porto Alegre, em 1908. Abriga a história do Instituto de Artes com suas múltiplas facetas e vinculações com a sociedade rio-grandense, pois armazena aproximadamente 400m lineares de documentos relativos à origem, aos direitos e objetivos da instituição. Pertence ao Arquivo Histórico do Instituto de Artes (AHIA) toda a documentação histórico-administrativa, cultural e acadêmica da instituição, incluindo-se documentos como regimentos, regulamentos, leis, decretos, planos, plantas arquitetônicas, projetos, programas, pareceres, convênios e correspondências. Além desses, há ainda material relativo ao corpo docente, corpo discente e técnico-administrativos, processos e documentos que registram o suporte orçamentário, Tributário e

contábil do IA. Possui, também, um importante acervo manuscrito e visual, entre eles fotografias, gravuras, impressos de comemorações, solenidades, formaturas, concertos e exposições. Atualmente abriga, no mesmo espaço físico, a documentação de caráter intermediário do Instituto de Artes, isto é, documentos que aguardam o cumprimento dos prazos de guarda fixados na tabela de temporalidade. O acervo histórico, datado de 1908 a 1962, é passível somente de consulta local, não sendo permitido o empréstimo ou retirada de nenhum tipo documental. (UFRGS, 2014, documento eletrônico).

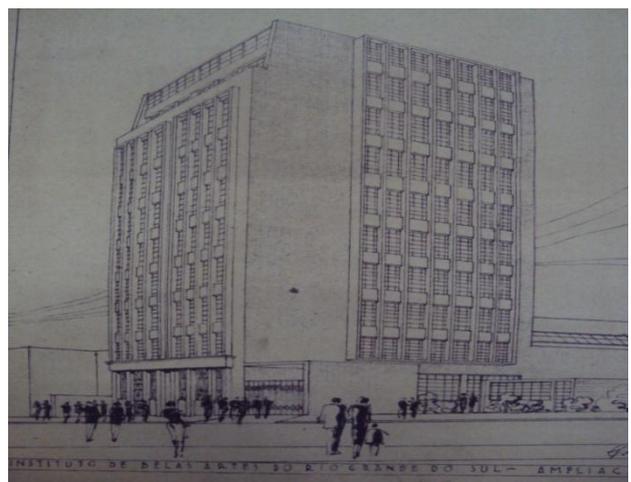
Figura 2 - Logotipo antigo do Instituto



Figura 4 - Prédio do IBA em 1914, localizado à Rua Sr. dos Passos, 248, Porto Alegre - RS.



Figura 3 - Fachada do Antigo prédio do Instituto de Bellas Artes.



Fonte: Arquivo Histórico do Instituto de Artes

O Instituto possui em seu currículo alguns alunos ilustres, tais como Iberê Camargo, que fez um curso noturno de técnico de arquitetura no instituto entre 1939

e 1941, enfrentando depois 'carreira solo' e Vasco Prado. Outros notáveis que se pode citar são José Lutzenberger, Cláudio Carriconde e João Fahrion, entre outros. O evento da construção do prédio do Instituto entre 1941/43 obteve intensa mobilização da sociedade brasileira para que Porto Alegre tivesse uma sede mais apropriada para as atividades de arte. O projeto do novo prédio foi desenvolvido por Fernando Corona e Ernani Dias Corrêa. A partir do ano de 1962 sua expansão tornou-se mais efetiva quando o Instituto de Belas Artes retornou para a Universidade de onde havia sido excluído em 1939. O departamento de Arte Dramática foi incorporado ao instituto em 1970. (SIMON, 2002).

O avanço na história do arquivo em questão só foi possível graças a ações como as de Círio Simon que em 1997 inicia sua pesquisa para a tese de doutorado intitulada: Origens e imagens do Instituto de artes- UFRGS: etapas e contribuições da constituição de expressões de autonomia no sistema de artes visuais do Rio Grande do Sul.

Através de sua intervenção seguiu-se novos projetos para recuperar a memória da instituição a qual quando encontrada por ele apresentava-se neste estado:

Figura 5 - Detalhe do acervo encontrado por Círio Simon



Fonte: Arquivo Histórico do Instituto de Artes

Em 1999 houve uma proposta de intervenção no arquivo e em 2000 houve uma mudança para o prédio do Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde (ICBS), aonde se realizou um projeto para a revitalização do acervo tendo como justificativas:

- a) A recuperação deste acervo justifica-se dia após dia, ao servir de subsídio para a reconstrução da história de instituições, de exposições públicas, elaboração de teses, monografias e dissertações, a qual tem por objeto de estudo a arte e a cultura desenvolvida no Rio Grande do Sul e no Brasil;
- b) O acervo do Instituto de Artes, além de subsidiar direta e recorrentemente a construção da identidade de indivíduos, grupos e instituições reproduz com suficiência de dados à origem do mesmo, sua estrutura, atividades e funções de ensino, pesquisa e extensão.

Atualmente, objetiva continuar recuperando a memória do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, propiciando condições técnicas de conservação e preservação de seu patrimônio histórico documental, bem como difundir e disponibilizar suas informações culturais e históricas administrativas produzidas pelo mesmo desde sua fundação em 1908, são prioridades.

Apesar deste órgão ter todo o interesse em manter seu acervo da melhor maneira possível, de acordo com o que já foi pesquisado anteriormente neste trabalho, vimos que é mister que se faça um estudo sobre de que maneira este trabalho vem sendo realizado e de que forma pode-se melhorá-lo implantando-se as políticas de preservação e de conservação preventivas de maneira eficaz. Objetiva-se desta forma adquirir subsídios, através de projetos elaborados, junto aos setores competentes, de apoio variado: financeiro, administrativo, educacional, etc. afim de que se consiga a mudança de pensamento e de atitude dos responsáveis por manter esta instituição.

Acontecendo o entendimento, a vontade e a mudança de políticas adotadas, por parte das instituições federais, quanto ao real sentido do que é preservar, teremos menos gastos, menos tempo utilizado para se fazer trabalhos de ordem curativa (pequenos reparos, por exemplo), e os acervos devidamente armazenados e preservados.

Figura 6 - Armário deslizantes no AHIA



Figura 7 - Fotografia atual do AHIA



Fonte: GOMES, 2014.

Outros projetos como o de Restauro do Acervo fotográfico foi realizado e com grande êxito através de participação da comunidade em conjunto com o arquivo e pesquisadores e tinha o objetivo de revitalizar o acervo fotográfico através do auxílio da comunidade gaúcha e da investigação em outros acervos, ligados às artes no interior do Estado. Além dos objetivos específicos:

- a) Constituir uma página virtual para o Arquivo Histórico, com base na avaliação de *softwares* livres compatíveis com os padrões utilizados pela UFRGS;
- b) Selecionar uma amostra de fotografias a fim de digitalizá-las e divulgá-las no site;
- c) Articular meios de divulgação do site do Arquivo e da pesquisa;
- d) Interpretar os dados e informações obtidas através do site e da pesquisa documental a fim de utilizá-los na descrição dos exemplares fotográficos, considerando a NOBRADE (Norma Brasileira de Descrição Arquivística) como referência;
- e) Analisar os meios de difusão passíveis de serem utilizados no Arquivo Histórico do IA.

Seu logotipo atual, abaixo citado, é utilizado até hoje para identificar a instituição desde a sua criação de sua arte por Eduardo Miotto em 1990.

Figura 8 - Logotipo do Instituto de Artes da década de 1990 (criação de Eduardo Miotto)



Fonte: Arquivo Histórico do Instituto de Artes (AHIA).

A seguir, teremos o estudo da pesquisa aplicada, a análise dos dados e os componentes da mesma (seus interlocutores) e as diretrizes escolhidas para o trabalho. Conheceremos o que se conhece em relação às políticas de preservação e como são empregadas no âmbito acadêmico, mais precisamente em um arquivo histórico (especializado).

#### 4 DA AUSÊNCIA, DO INTERESSE E A REALIDADE: O CAMPO EM ANÁLISE

Neste capítulo farei uma análise da explanação dos interlocutores em relação à entrevista, de acordo com as categorias de análise definidas pela pesquisa. Foram definidas as seguintes categorias de análise, às quais destaco:

- 1) Atribuições dos sujeitos do Arquivo.
- 2) Políticas de preservação do AHIA e da UFRGS;
- 3) Rotinas de conservação;

Na categoria um, o objetivo do trabalho consistiu em se verificar as relações pessoais (funções) e institucionais (setores) dentro do AHIA, as quais fazem todo sentido, levando-se em consideração a formação dos funcionários e sua postura frente ao trabalho cotidiano com os documentos. Também foi verificado o conhecimento quanto ao trâmite dos documentos que são recebidos e/ou produzidos pelo IA e que são transferidos ao arquivo do AHIA.

As políticas de preservação, nossa segunda categoria, se adotadas pela instituição, levam a práticas e rotinas de conservação eficientes. Por preservação entendemos que são as:

Políticas que englobam os aspectos financeiros, materiais e humanos, adotados para gerir a conservação dos acervos. Define planejamento (critérios) e rotinas para distintos acervos (quanto ao uso, à tecnologia, ao valor da informação e aos valores atribuídos). Possui caráter gerencial e administrativo nas instituições. É também a finalidade das instituições que abrigam acervos. (CUTY, 2012 p.36)

No que se refere à terceira categoria, buscamos operar com o conceito de conservação definido pelo *International Council of Museums – Committee for Conservation* (ICOM-CC) o qual afirma que:

São todas aquelas medidas ou ações que tenham como objetivo a salvaguarda do patrimônio cultural tangível, assegurando sua acessibilidade às gerações atuais e futuras. A conservação compreende a conservação preventiva, a conservação curativa e a restauração. Todas estas medidas e ações deverão respeitar o

significado e as propriedades físicas do bem cultural em questão. (ABRACOR, 2010, p. 2).

A observação e a análise das rotinas de conservação nos levam, portanto, a considerar a cultura de planejamento para preservação do local pesquisado indicando uma gestão eficiente, com baixo impacto sobre os recursos e sobre o próprio patrimônio (o acervo), ou seja, sustentável e proativa. A postura voltada à intervenção sem qualificação é reativa e gera alto impacto sobre o patrimônio documental ou cultural, bem como implica em uma forte resistência à adesão às medidas e ações preventivas. Como vimos no referencial teórico desta pesquisa, a conservação preventiva possui mais de cinquenta anos de existência no mundo, tendo origem na produção intelectual de agentes de museus britânicos, sendo amplamente adotada em países europeus e norte-americanos (como o Canadá).

No Brasil, ainda vivemos uma realidade deficitária nas instituições, ao passo que em algumas universidades a formação de profissionais de acervos, como museólogos, arquivistas e bibliotecários vem aderindo, com boa base teórica e metodológica, à conservação preventiva (caso da UFMG, da UFPel e da UFRGS). O movimento, portanto, de adesão à teoria e à prática é lento, mas deve ser observado com atenção.

Sobre este assunto Silva (1998) observa que, no Brasil, um dado relevante é o de que no país são escassas as publicações na área de pesquisa da Arquivologia e que igualmente raros são os profissionais em Arquivologia que atuam no setor de preservação dos arquivos. Citamos aqui a referência de um dos trabalhos realizados pela Arquivologia com aspectos do planejamento e gerenciamento de preservação, bem como, elementos da conservação preventiva.

Analisando a respeito destas categorias mencionadas, nosso objeto de estudo apresenta defasagens, como em muitas outras instituições sobre o mesmo tema, a preservação e a conservação preventiva.

Logo após a realização das entrevistas com os sujeitos diretamente envolvidos com o arquivo do AHIA partimos para a análise e a interpretação dos dados, considerando o roteiro e os objetivos propostos. Inicialmente a entrevista visou tratar o perfil dos interlocutores de forma a situá-los hierarquicamente na instituição, sua função, capacitação e desempenho, logo em seguida, as perguntas

foram voltadas para a organização e a documentação existente sobre conservação preventiva no Instituto de Artes. Posteriormente as questões relacionadas às políticas de preservação e, por fim, as rotinas de conservação do AHIA.

#### **4.1 Atribuições dos sujeitos do arquivo**

Considerou-se como sujeitos desta pesquisa: o interlocutor um, que é o atual gestor do Instituto de Artes, ao qual o arquivo do AHIA está subordinado, possui mestrado em Artes Visuais. Este interlocutor tem a função administrativa do setor efetuando as tarefas burocráticas necessárias ao bom andamento dos serviços executados pelos funcionários vinculados. Sua administração mostra interesse na preservação do acervo documental sob seu vínculo e, sempre que possível, atende as solicitações feitas pelo setor do arquivo com este intuito.

O interlocutor dois, o qual exerce função de técnico responsável pelo arquivo analisado, possui graduação em Arquivologia e desempenha uma função vital ao Arquivo. Dentre outras funções, administra as tarefas a serem executadas pelo funcionário subordinado, bem como aos bolsistas e estagiários que recorrem ao setor como instrumento de complemento de graduação, atende às consultas de pesquisadores, estudantes e público em geral que buscam informações referentes ao acervo documental.

Por fim, o interlocutor três, um bolsista do curso de História, o qual executa, neste momento, atividades próprias à rotina do arquivo no que se refere às tarefas de conservação do acervo.

Em uma breve recapitulação da apresentação de nossos interlocutores, podemos observar que são pessoas que já possuem graduação em um curso superior com ênfase na história, ou até mesmo, com conhecimentos em comum em algumas disciplinas que integram a grade curricular destes cursos, a História e a Arquivologia. Este fato nos leva à observação de que, a princípio, se possa supor que eles já devam possuir algum conhecimento com relação à conservação. A realidade nos mostrou que não acontece desta forma, pois até mesmo dentro da graduação deste autor, que é específico da área de arquivos, notou-se a falta de um aprofundamento maior nas questões ligadas à conceituação, práticas e desenvolvimento de políticas que fomentassem a discussões quanto a modificar

e/ou a questionar a atual conformidade dos estudos e atividades ligadas às políticas de preservação.

Como dito anteriormente, a escolha deu-se com o objetivo de se verificar suas experiências, percepções e particularidades, em diferentes níveis hierárquicos para que viessem a contribuir neste estudo de caso. Observou-se analisar suas respostas, depoimentos e colocações a respeito do que foi perguntado no questionário e de suas práticas cotidianas na rotina de suas tarefas no arquivo do AHIA e/ou no setor ao qual está vinculado.

Foi perguntado aos interlocutores se eles conheciam a respeito do trâmite dos documentos até chegarem ao arquivo e quais são os documentos destinados ao mesmo, aos quais os interlocutores responderam da seguinte maneira:

O interlocutor um informa que teoricamente cada setor envia seus documentos para o instituto de artes onde permanecem em um período intermediário (aproximadamente dois anos), por serem de caráter administrativo, até serem encaminhados para o AHIA. Praticamente toda a documentação é enviada para posteriormente ser selecionada e avaliada.

O interlocutor dois complementa a observação acima dizendo que o AHIA é a instituição recolhadora dos documentos produzidos nos diversos setores e departamentos do IA, bem como todos os arquivos correntes do ano letivo e os relacionados a projetos. Terminado o prazo corrente destes documentos eles são transferidos para o arquivo do IA para cumprirem o seu ciclo intermediário. Após este período são selecionados e avaliados contemplando-se o prazo de guarda estipulado pela Tabela de Temporalidade utilizada pelas Universidades Federais de Ensino Superior.

Já o interlocutor três desconhecia o trâmite dos documentos até chegarem ao arquivo. Informou que o pouco que conhecia a este respeito era apenas com relação a alguma das categorias de documentos que faziam parte do acervo. Este conhecimento foi passado pelo técnico responsável no começo de seu estágio e pela bolsista anterior. Através de observações em loco dos documentos, ele cita conhecer alguns documentos administrativos, dossiês de professores e materiais didáticos dos cursos.

## 4.2 Políticas de preservação

Começaremos esta análise a partir da avaliação da descrição do Estatuto e do Regimento da UFRGS (1995) que em seu capítulo I, art.12, DO PATRIMÔNIO, nos informa que constituem o patrimônio da Universidade, o conjunto de bens, móveis e imóveis, e direitos de qualquer natureza. Como vemos o arquivo em questão faz parte dos bens imóveis. E em seu artigo 1º, § 3 informa que a autonomia de gestão financeira e patrimonial consiste na faculdade de: I – administrar seu patrimônio e dele dispor, observada a legislação pertinente.

Neste caso, cabe que se faça a pergunta sobre de que maneira vem sendo feita esta administração de seu patrimônio cultural, já que o que se constatou na pesquisa é que inexistente uma política de preservação documental nesta instituição e segundo Cuty (2012):

[...] cabe, portanto, refletir acerca de discursos e teorias da preservação, em diversas áreas do conhecimento, a fim de identificar princípios que regem nosso pensamento contemporâneo ocidental sobre o que é (para nós) preservar. (CUTY, 2012, p. 32).

Falamos em políticas de preservação significa pensar a respeito de como a massa documental, e os arquivos, no nosso caso, estão sendo geridos. É de se pensar em instituir projetos de pesquisa que visem auxiliar na preservação dos documentos desde a sua criação até seu destino final para que eles possam vir a servir como prova autêntica e fidedigna de algo que se queira pesquisar no futuro.

Respondendo às questões referentes às políticas de preservação os interlocutores nº um e dois, informaram não possuírem, com relação às práticas de conservação preventiva, um documento normativo ou institucional como referencial, a não ser o regulamento interno do Instituto de Artes, o qual contempla a preservação e a conservação, o trâmite e outras questões ligadas a estas áreas.

Cito dois artigos do regulamento do Arquivo Histórico do Instituto de Artes (ANEXO A) que são relevantes ao entendimento desta análise dos dados auferidos na entrevista, pois se tratam especificamente do assunto proposto pela pesquisa. São eles:

Art. 4º d - Gerir projeto de preservação, conservação, revitalização e disponibilização do Acervo do Arquivo Histórico do Instituto de Artes.

Art.10º - Compete ao Arquivo zelar pela conservação física das espécies em depósito, através das seguintes medidas:

- a) Criação de boas condições de higiene, segurança e ambientais;
- b) Promoção de medidas de preservação e restauro de espécies danificadas;
- c) Transferência de suporte de documentos, através de tecnologias adequadas;
- d) Reformulação dos espaços em áreas funcionais.
- e) Procedimentos de Digitalização de documentos.
- f) Estudos, planejamentos e implantação de políticas de segurança em relação a sinistros. (AHIA, s/d, documento não paginado).

Como podemos verificar no item b do Art. 10º, ele informa a respeito de medidas de preservação e restauração, quanto na realidade sabemos que as ações executadas são de ordem conservativa, mais especificamente, conservação curativa (com interferência no bem), justamente aquela que se pretende evitar com as políticas de preservação.

Sobre este assunto Froner e Souza (2008b) informam que:

Manter a condição original do objeto é questão básica nos procedimentos de intervenção de conservação ou restauro, pois nenhum parecer relativo a uma obra, artefato ou objeto é conclusivo. [...] Sendo assim, todo profissional que atua no campo da conservação/restauração tem o compromisso de manter o máximo possível a integridade da obra (seja material, estética ou informativa) e eliminar/estacionar os fatores de degradação (FRONER; SOUZA, 2008b, p.3).

Quanto ao restauro, é importante também sabermos por quem este serviço está sendo executado já que ele deve ser realizado por profissional capacitado para a esta função, ou seja, é necessária a contratação de um conservador-restaurador, pois na UFRGS não existe este profissional. Para isto, é necessário também que se obtenha recurso para este fim junto ao setor responsável. Será de interesse deste órgão a disponibilidade de recursos para este fim? Se a resposta for negativa, onde fica a preocupação com relação à preservação informada em seu regimento?

O interlocutor nº um informou ainda que existe no instituto a ideia de preservação dos documentos desde a sua fundação e segundo suas palavras, considera que ela está indo bem, mas que lamenta que em outros departamentos da universidade não tenham esta mesma visão chegando ao caso de terem seus documentos armazenados de forma imprópria dentro de containers. Segundo sua fala: “Não está se juntando material para se fazer uma História da Educação, a História do Ensino”. Observa que se nota a falta de interesse por parte de outros institutos e faculdades em preservar sua documentação, muito provavelmente rica em informação.

O interlocutor nº dois acrescenta que não existem políticas de preservação e conservação de acervos na universidade nem mesmo uma cultura com este tema. O que existem são ações bem pontuais em preservação de acervos, ou seja, alguns poucos institutos e faculdades cuidam de seus acervos em detrimento de outros que apenas fazem depositar sua massa documental devido a esta ausência de uma política reguladora com relação à preservação documental.

Yacy-Ara Froner e Luiz Souza (2008b) explicam que:

[...] a responsabilidade pela preservação da memória é algo que perpassa várias esferas sociais: do Estado à instituição pública ou privada; das iniciativas empresariais ao cidadão comum; dos profissionais envolvidos à opinião pública que questiona o campo das ações, das escolhas e dos projetos; dos cientistas aos pesquisadores, museólogos, arquivistas, bibliotecários, arquitetos e técnicos. [...] Assim, conhecimento é poder! E este poder é um aliado em ações administrativas, gerenciais e organizacionais que visem à melhoradas condições das coleções. (FRONER; SOUZA, 2008b, p.4).

Como vimos o conhecer coletivo das pessoas interessadas em que se faça a preservação de determinado acervo, é que pode vir a se tornar um forte agente transformador da realidade atual.

Já o interlocutor nº três informou que não sabia informar se existe alguma documentação orientadora com relação às práticas de conservação, pois desconhecia o assunto e disse receber as orientações de como proceder às suas rotinas diretamente do interlocutor nº dois, que é o responsável técnico do local. Acredita que deveria haver uma política de preservação mais efetiva na universidade

para que não ocorra novamente o que já aconteceu com os documentos de arquivo como terem sido molhados em instalações inadequadas e também que se tenham mais técnicos para que os projetos de preservação possam ser estudados e implantados efetivamente. Seu conhecimento veio através da bolsista anterior que repassou as informações referentes às rotinas de conservação preventiva e da técnica responsável pelo arquivo, ou seja, noção de manuseio da documentação, higienização básica, costura e pequenos reparos o que caracteriza a prática da conservação curativa<sup>3</sup> a mesma que se quer evitar ao se institucionalizar as políticas de preservação.

Pesquisando junto ao Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRGS (PDI), para os anos de 2013-2015 (UFRGS, 2012), verifica-se que existe um interesse em ser diferenciado quanto a excelência no Ensino e também na ideia de se mirar além das fronteiras e no intercâmbio internacional através das políticas de expansão e cooperação bilateral e multilateral com instituições internacionais. Com base nesta citação cabe aos institutos, executando os procedimentos pertinentes, verificarem junto às instituições internacionais sobre como o assunto das políticas de preservação são tratados naqueles países e, desta forma, poder reverter o quadro atual quanto aos nossos arquivos. Cabe ainda avaliar a situação do campo da conservação de acervos e da preservação da informação no Brasil e no contexto regional e local, a fim de elaborar políticas eficazes a realidade da UFRGS.

### **4.3 Rotinas de conservação**

As rotinas de conservação são entendidas como todas aquelas ações que objetivam melhorar o estado físico do suporte da informação e prolongar sua vida útil. Para esclarecer aos leitores sobre conservação o ICOM-CC adota dois conceitos sobre conservação que é relevante conhecermos, até mesmo para que não se incorra no erro de uma terminologia desordenada e confusa sobre o tema. São eles:

Conservação Preventiva são todas aquelas medidas e ações que tenham como objetivo evitar ou minimizar futuras deteriorações ou perdas. Elas são realizadas no contexto ou na área circundante ao

---

<sup>3</sup> Ver documento do ICOM-CC de 2008, citado na construção teórico-metodológica desta pesquisa.

bem, ou mais frequentemente em um grupo de bens, seja qual for sua época ou condições. Estas medidas e ações são indiretas – não interferem nos materiais e nas estruturas dos bens. Não modificam sua aparência. (ABRACOR, 2010, p. 3).

A conservação preventiva em instituições e unidades de informação apresenta foco centrado na análise das condições ambientais dos espaços que abrigam acervos. Quando tratamos da conservação do acervo de um arquivo, devemos ter em mente de que ele seja instalado em um local planejado e cuidadosamente observado com relação aos fatores degradantes.

Segundo Froner e Souza (2008b):

Qualquer material, mesmo que possua todas as propriedades físicas e químicas para durar séculos, sofre influências que prejudicam a durabilidade. Essas influências são classificadas como agentes internos, que provêm da matéria-prima e dos métodos de confecção; e os agentes externos, que ocorrem a partir do uso e dependem do meio ambiente, da guarda, do manuseio e das intervenções. [...] com relação às suas características químicas pode-se dividir em dois grupos: os materiais orgânicos, constituídos por moléculas de compostos orgânicos; e os inorgânicos, que são constituídos por materiais inorgânicos. (FRONER; SOUZA, 2008b, p 3-4).

Temos muitos exemplos de conservação preventiva que incluem as medidas e ações necessárias para que se faça o registro do bem, através de um manuseio adequado efetuar o acondicionamento que consiste em colocar a documentação em embalagem apropriada dentro das caixas arquivos e seu armazenamento, que está na sua disposição no arquivo deslizante que deve ser efetuado após se concluir todas as atividades pertinentes ao tratamento arquivístico necessário a cada particularidade do documento.

Figura 9 - Destinação final da documentação permanente, o arquivo deslizante. Um dos adequados locais para a o armazenamento de um acervo documental.



Fonte: Gomes, 2014.

Segundo Froner e Souza (2008b) outros fatores a serem observados para a conservação preventiva são: o monitoramento do controle de luz ambiental e a radiação luminosa (níveis de iluminância, radiações UV e IR) ao qual se deve tentar proteger os objetos minimizando o contato com a radiação ultravioleta, eliminando a radiação infravermelha (calor excessivo) e restringindo as radiações visíveis em tempo e intensidade.

Quanto à temperatura incorreta e à umidade relativa incorreta, várias instituições possuem equipamentos de medição para estes dois aspectos, porém, não há análise dos dados coletados, os quais muitas vezes são medidos pontualmente, e muito menos há definição de medidas de controle no caso de flutuações de temperatura (T) e umidade relativa (UR) ou picos de altíssima ou baixíssima T & UR. É comum ver o equívoco da aquisição de equipamentos desumidificadores para uso contínuo, sem considerar que muitos locais também passam por baixa UR o que poderia indicar o uso de umidificadores. Assim, cabe pensar que não existem temperaturas e níveis de umidade relativa ideais, mas existe a demanda de diagnóstico de conservação e de monitoramento, com análise e controle.

Outros dados relevantes no que tange a este assunto são quanto a se proteger os acervos frente à incidência de poluição atmosférica (a qual pode se manifestar na forma de particulados ou gases e que pode ser originada de uso de

materiais em contato com os documentos ou de características arquitetônicas dos espaços dos arquivos), controle de pragas, e outros fatores decorrentes das características da edificação (como instalações elétricas e hidráulicas e de segurança passiva ou ativa). Cabe lembrar que a conservação preventiva e outras metodologias de trabalho com acervos operam com dez agentes de deterioração, os quais representam riscos eventuais ou contínuos, de baixo ou altíssimo impacto sobre os documentos e as coleções. Os agentes são: forças físicas, criminosos, fogo, água, poluentes, pragas, luz, temperatura incorreta, umidade relativa incorreta e dissociação.

Além destes indicadores é necessário que se tenha pessoal capacitado para fazer as vistorias, o monitoramento e a análise dos dados nos locais de acervos. Como exemplos deste controle podemos citar o uso de filtros nas luminárias e/ou o uso de lâmpadas com baixo índice de raios ultravioleta e o uso de piso e mobiliário não orgânico, para se evitar a suscetibilidade a ataques de insetos e a variações elevadas nos dados coletados das amostras no arquivo.

No arquivo do AHIA, através de observações *in loco*, verificamos que não existe este tipo de controle, nem pessoa responsável por tal procedimento. Existem sim, ações pontuais quanto a se proteger o acervo documental como: higienização, acondicionamento, armazenamento e controle de pragas (fungos e líquens, insetos e animais maiores).

Para a conservação curativa o ICOM-CC conceitua como:

Conservação curativa são todas aquelas ações aplicadas de maneira direta sobre um bem ou um grupo de bens culturais que tenham como objetivo deter os processos danosos presentes ou reforçar sua estrutura. Estas ações somente se realizam quando os bens se encontram em um estado de fragilidade avançada ou estão se deteriorando a um ritmo elevado, de tal forma que poderiam perder-se em um tempo relativamente curto. Estas ações às vezes modificam o aspecto dos bens. (ABRACOR, 2010, p. 3).

O trabalho realizado no arquivo em estudo condiz com ambos os conceitos de conservação (preventiva e curativa), pois executa as ações concernentes a eles. Analisemos o relato de nossos interlocutores: O interlocutor nº dois relata que são realizadas ações bastante pontuais de higienização e de forma intensiva, mas que a

massa documental é abundante e cotidiana, necessitando de uma política de preservação que cuide de seus documentos durante todo o seu ciclo vital.

O interlocutor três nos relata que conhece apenas noções de higienização básica, costuras, pequenos reparos e manuseio da documentação.

Analisando o contexto da conservação preventiva neste arquivo, constatamos que muito tem sido feito para a conservação da sua massa documental, mas ainda sim, de forma deficitária devido a vários fatores que envolvem a cultura de políticas de preservação em todos os setores da instituição.

Por fim, temos o conceito de Restauração que são:

Todas aquelas ações aplicadas de maneira direta a um bem individual e estável, que tenham como objetivo facilitar sua apreciação, compreensão e uso. Estas ações somente se realizam quando o bem perdeu uma parte de seu significado ou função através de alterações passadas. Baseia-se no respeito ao material original. Na maioria dos casos, estas ações modificam o aspecto do bem. (ABRACOR, 2010, p.3)

Este último conceito é o que se deve tentar evitar com o uso das políticas de preservação adequadas, pois elas almejam que todo o acervo tenha o tratamento adequado desde sua criação para que sofram o mínimo de dano possível, evitando-se assim a necessidade de restauração do bem. A UFRGS não possui um profissional desta área no seu quadro funcional, apenas uma técnica em conservação-restauração atuando na Biblioteca Central (BC). O custo de contratação desse profissional é enorme, pois cada conservador-restaurador possui uma especialização em um tipo de material e uma técnica. Além disso, ponderamos que o maior custo e impacto é sobre o bem, o qual deve ser visto como algo que precisa ser tratado com atenção e cuidado para não sofrer perda de valor (no caso de acervos raros e históricos) e perda de informação. Toda intervenção e mesmo o planejamento das ações cotidianas de conservação devem ser feitas sob orientação de um conservador-restaurador. Essa atitude valoriza os profissionais envolvidos com acervos, como arquivistas, bibliotecários e museólogos, bem como valoriza e reconhece a atuação qualificada dos conservadores-restauradores. Infelizmente, no Brasil e na formação de arquivistas ainda se percebe visões muito equivocadas

sobre intervenções e um grande desconhecimento sobre a necessidade do conhecimento aprimorado da conservação preventiva.

## 5 CONCLUSÃO

Quando comecei este estudo não imaginava como iria mudar minha visão a respeito do assunto. Como vimos, as políticas de preservação englobam uma série de categorias, conceitos e interesses para que se possa pensar efetivamente em preservação e conservação como agentes protetores das informações contidas nos seus devidos suportes. Portanto, a manutenção e a permanência da memória social é o resultado de lutas de interesses e processos complexos que envolvem as relações de poder e os grupos sociais ou instituições interessadas.

Com base nas leituras realizadas, na pesquisa e nos relatos dos interlocutores, cheguei a uma aproximação de um panorama nada animador, o qual revelou a precariedade com que é tratado o assunto das políticas de preservação e conservação preventiva das massas documentais em nossos arquivos. Esta maneira de se relacionar com os documentos já vem de muito tempo, basta vermos que poucos projetos nesta área foram executados e que leis mais rígidas quanto à manutenção dos documentos pelas instituições, desde sua criação até o seu destino final, precisam entrar em vigor para que a informação possa alcançar seu público no passar dos anos.

Será que somente a rigidez das leis pode garantir a execução da mudança da cultura com relação à preservação?

O exemplo de outros aspectos culturais como a violência contra a mulher, a intolerância racial e a discriminação sexual, questões estas para as quais a sociedade já constituiu legislação contundente sem necessariamente resultarem em uma mudança cultural imediata. Entendo que a mudança almejada em relação às políticas de preservação pressupõe estratégias de interação, como por exemplo, o intercâmbio intercultural/interinstitucional que resultem na alteração esperada das formas de preservar o patrimônio, e que refletirá em políticas mais efetivas de preservação.

Neste cenário inclui-se aí a figura do arquivista como um elo entre a academia e as pessoas ligadas à ideia de que se faça esta transformação de pensamento com relação à preservação. Para isto podemos citar, como exemplo de iniciativa por parte dos profissionais arquivistas, a execução de projetos de pesquisa que visem

alterar o quadro de conformismo existente hoje em nossos arquivos, propiciando efetivamente um benefício em médio prazo para as massas documentais e/ou acervos que se pretenda preservar. Entretanto, a transformação do pensamento também se dá através do estudo, nos cursos de Arquivologia, dos conceitos que envolvem este tema e da participação de profissionais, professores e estudantes em congressos da área, intercambiando, assim, suas experiências e suas reflexões sobre o tema.

Os dados da pesquisa mostraram ainda uma situação bem distante da recomendável devido a corroborarem com o que já foi verificado em outras pesquisas, ou seja, que as condições em que se encontram os arquivos públicos estão longe das ideais. Nos quesitos tratamento da informação, políticas de preservação e conservação, espaço físico, entre outros, constatou-se que não estão de acordo com a literatura arquivística e a legislação brasileira.

Outro fator importante a ser mencionado diz respeito ao trabalho proativo que precisa ser incorporado no regulamento das instituições, neste caso, principalmente o das instituições federais de ensino. Desta maneira poderemos ter um trabalho reativo em menor quantidade, com menos custos e sem tantas interferências na documentação.

Como vimos o Arquivo do AHIA possui grande interesse em continuar administrando com qualidade seu acervo documental, porém necessita da ajuda de todos aqueles agentes transformadores que fazem parte da organização, administração e manutenção dos arquivos universitários. Por este motivo, o empenho e a dedicação dos profissionais e da universidade é imprescindível para que se tenha a informação e a história da instituição preservadas para esta e outras gerações.

## REFERÊNCIAS

ABRACOR. Terminologia para Definir a Conservação do Patrimônio Cultural Tangível. **Boletim Eletrônico da ABRACOR**. n.1. jun. 2010.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. Universidades e Arquivo: perfil, história e convergência. **Transinformação**. v.1, n.3, set./dez. 1989. p. 15-28.

BOSO, Augisa Karla; et al. Importância do Arquivo Universitário. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 12, n.1, p.123-131, jan./jun., 2007.

BOTTINO, Mariza. Arquivo Universitário: sonho ou realidade? In: VENANCIO, Renato; NASCIMENTO, Adalson (Org.). **Universidades & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFRGS, 2012. p. 9-22.

BOTTINO, Mariza. Arquivos Universitários no Brasil. In: **A Informação: questões e problemas**. Niterói: EDUFF, 1995. p. 61-67.

CARVALHO, Cláudia Rodrigues. **O projeto de conservação preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa**. 2002. Disponível em: <[www.casaruibarbosa.gov.br/claudia\\_carvalho/preventiva.pdf/](http://www.casaruibarbosa.gov.br/claudia_carvalho/preventiva.pdf/)>. Acesso em: 22 jul. 2014.

CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer Conservação Preventiva em Arquivos e Bibliotecas**. São Paulo: Arq Estado, 2000. 78p.

CASSARES, Norma Cianflone; TANAKA, Ana Paula Hirata (Org.). **Preservação de Acervos Bibliográficos: Homenagem à Guida Mindlin**. São Paulo: Associação Brasileira de Encadernação e Restauro, Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Câmara Técnica de Preservação de documentos**. 2014a. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=193&sid=24>> Acesso em 11 mai. 2014.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **O CONARQ**. 2014b. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Portaria nº 07, de 21 de agosto de 1995**. 1995 Disponível em: <[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/portarias/numeradas/portaria\\_n\\_7.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/portarias/numeradas/portaria_n_7.pdf)>. Acesso em 22 jun. 2014.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Portaria nº. 81, de 16 de junho de 2008**. 2008. Disponível em: <[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/portarias/numeradas/portaria\\_n\\_81.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/portarias/numeradas/portaria_n_81.pdf)>. Acesso em 22 jun. 2014.

CONWAY, Paul. **Preservação no Universo Digital**. 2.ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001.

CUTY, Jeniffer. **A Gente Sempre Pensou em Termos de Planejamento**: a cultura da preservação nas políticas urbanas em Porto Alegre, RS, Brasil. 2012.294f. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

DICIONÁRIO Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional (Brasil), 2004. Disponível em: <[http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic\\_term\\_arq.pdf](http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf)> Acesso em: 22 jun 2014.

FRONER, Yacy-Ara; ROSADO, Alessandra (org.). **Princípios Históricos e Filosóficos da Conservação Preventiva. Tópicos em conservação preventiva 2**. Projeto Conservação preventiva: avaliação e diagnóstico de coleções. Programa de Cooperação Técnica: IPHAN e UFMG. Belo Horizonte: LACICOR – EBA – UFMG, 2008a. 21 p.

FRONER, Yacy-Ara; SOUZA, Luiz Antônio Cruz e (org.). **Preservação de Bens Patrimoniais: conceitos e critérios. Tópicos em conservação preventiva 3**. Projeto Conservação preventiva: avaliação e diagnóstico de coleções. Programa de Cooperação Técnica: IPHAN e UFMG. Belo Horizonte: LACICOR – EBA – UFMG, 2008b. 21 p.

GEIIC. Medio Siglo de Conservación Preventiva. Entrevista a Gael de Guinchen. **Ge-conservación**. n.o, 2009.p. 35-44.

GOULART, Silvana. **Patrimônio Documental e História Institucional**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2001.

INDOLFO, Ana Celeste. Vinte Anos da Lei de Arquivos: a questão da gestão de documentos. In: VENANCIO, Renato; NASCIMENTO, Adalson (Org.). **Universidades & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFRGS, 2012. p. 23-35.

LOPES, Luis Carlos. **A Nova Arquivística na Modernização Administrativa**. Rio de Janeiro: Paéis e Sistemas Assessoria, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Roberto A. A memória científica nas universidades: estratégias para a preservação do patrimônio científico e tecnológico brasileiro. In: **ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2006.

RICHTER, Eneida I.S.; GARCIA, Olga M.C.; PENNA, Elenita F. **Introdução à Arquivologia**. 2. ed. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2004  
SCHELLENBERG, T.R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 1974.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. **Algumas reflexões sobre preservação de acervos em arquivos e bibliotecas**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1998.

SIMON, Círio. **Origens do Instituto de Artes da UFRGS: etapas entre 1908-1962 e contribuições na constituição de expressões de autonomia no sistema de artes visuais do Rio Grande do Sul**. 2002. 660f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História - História do Brasil, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul. Porto Alegre, 2002.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Vozes, 1982.

UFRGS. Acervo. In: **Arquivo Histórico do Instituto de Artes**. 2014. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/arquivo-artes/icaatom/web/index.php/page/acervo>> Acesso em 22 jun. 2014.

UFRGS. **Estatuto e Regimento Geral publicado no Diário Oficial da União em 11 de janeiro de 1995**. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/consun/documentos/estatuto-e-rgu>>. Acesso em 23 jun. 2014).

UFRGS. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2015**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/fabico/inicio/documentos/pdi>>. Acesso em 23 jun. 2014.

**APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**

**AUTORIZAÇÃO****Termo de consentimento livre e esclarecido**

Eu, \_\_\_\_\_, abaixo assinado, autorizo Fábio Aurélio da Silva Gomes, estudante de Arquivologia, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título **As Políticas de Preservação no Âmbito de um Arquivo Federal: Um estudo de caso**, e está sendo orientado pela Profa. Dra. Jeniffer Cuty .

Porto Alegre, de \_\_\_\_\_ de 2014.

---

Assinatura do entrevistado

## **ANEXO A – REGULAMENTO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS**

### **REGULAMENTO DO Arquivo Histórico do Instituto de Artes**

#### **Capítulo I – Constituição e Atribuição**

##### **Artigo 1º**

O Arquivo Histórico do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul compreende o conjunto orgânico de documentos de natureza histórica, acadêmica e administrativa, produzidos e recebidos, desde a criação do Instituto de Bellas Artes, em 1908.

##### **Artigo 2º**

O Arquivo Histórico do Instituto de Artes da UFRGS reúne, sob sua orientação e custódia, toda a documentação acima referida, independentemente do tipo de suporte ou formato, e gere com demarcação das suas características naturais e prazos de guarda, a documentação de caráter intermediário e permanente primando pela sua conservação e preservação a fim de garantir os efeitos de referência, informação, estudo e prova.

##### **Artigo 3º**

O Arquivo Histórico do Instituto de Artes está subordinado diretamente à direção do Instituto de Artes.

##### **Artigo 4º**

Ao Arquivo Histórico do Instituto de Artes da UFRGS compete, dentre outras, as seguintes atribuições:

- a-** Fazer a gestão de toda a documentação em papel, suporte eletrônico ou outro, estabelecendo, de acordo com a Legislação vigente, os prazos da sua guarda e conservação;
- b-** Gerenciamento do acervo arquivístico através do uso de software, permitindo o acesso à Galeria de imagens e aos documentos arquivísticos;
- c-** Propiciar a consulta aos pesquisadores e outros interessados, de toda a documentação existente, orientando-os de modo a alcançarem mais rápida e facilmente à informação pretendida;
- d-** Gerir projeto de preservação, conservação, revitalização e disponibilização do Acervo do Arquivo Histórico do Instituto de Artes;
- e-**

e- Organizar iniciativas de divulgação e valorização do patrimônio documental/cultural.

## **Capítulo II – Recolha e Tratamento**

### **Artigo 5º**

Toda documentação produzida pelos departamentos e demais setores administrativos do Instituto de Artes deverá, obrigatoriamente, ser transferida ao arquivo histórico, a fim de integrar-se ao seu respectivo grupo dentro do Acervo; Respeitando as normas de Transferência de Documentos ( anexa a este regulamento) estabelecidas em conjunto com a Direção do IA.

### **Artigo 6º**

O tratamento arquivístico da documentação consiste na sua higienização e restauro, identificação, classificação e ordenação, devendo cada procedimento ser adequado a cada tipo de suporte e espécie documental.

### **Artigo 7º.**

**2º §-** No que se relaciona aos prazos de guarda e conservação, a seleção será efetuada de acordo com as normas gerais estabelecidas pelas Tabelas de Temporalidade da UFRGS e de acordo com a legislação vigente.

### **Artigo 9º**

Compete ao Arquivo toda e qualquer eliminação de documentos produzidos e recebidos dos diferentes serviços do IA, obedecendo a legislação em vigor, sendo anteriormente encaminhada lista de eliminação ao Arquivo Nacional e, por este aprovada.

**Parágrafo único:** A eliminação resulta de modo a que seja impossível a reconstituição dos documentos e uma vez efetuada fora da unidade de arquivamento deverá ser na presença do Arquivista responsável.

## **Capítulo IV – Conservação e preservação**

### **Artigo 10º**

Compete ao Arquivo zelar pela conservação física das espécies em depósito, através das seguintes medidas:

- a) Criação de boas condições de higiene, segurança e ambientais;
- b) Promoção de medidas de preservação e restauro de espécies danificadas;
- c) Transferência de suporte de documentos, através de tecnologias adequadas;
- d) Reformulação dos espaços em áreas funcionais.
- e) Procedimentos de Digitalização de documentos.
- f) Estudos, planejamento e implantação de políticas de segurança em relação a sinistros.

## **Capítulo V – Difusão e Consulta**

### **Artigo 11º**

A informação sobre o conteúdo dos documentos dar-se-á através de consulta direta ao documento ou, conforme o caso, através de fotocópia e ainda através de consulta eletrônica, em casos em que o documento esteja disponível.

### **Artigo 12º**

Toda e qualquer consulta ao documento original e de caráter permanente será praticada na sala de pesquisa do arquivo, respeitando as normas de segurança e preservação do Acervo, divulgadas através do site do Arquivo e afixada na Sala de Pesquisa.

As condições de acessibilidade à documentação são sempre submetidas à autorização, mediante a elaboração de requerimento pelo interessado, onde constem os seguintes elementos:

- a) Dados pessoais de identificação;
- b) Natureza e objetivos da pesquisa.

**Artigo 14º**

É expressamente proibido:

- a) O empréstimo de qualquer documento pertencente ao arquivo permanente, devendo estes ser acessados no local ou através de cópia eletrônica.
- b) Sublinhar, riscar, escrever ou danificar com qualquer instrumento ou por outra forma os documentos em consulta;
- c) Retirar do Arquivo qualquer documento sem o conhecimento prévio do responsável do Arquivo;
- d) Permanecer com alimentos ou líquidos na sala de pesquisa ou nas dependências do acervo.
- e) Praticar ato que perturbe o bom funcionamento do Arquivo.

**Artigo 15º**

A solicitação de documentação administrativa de caráter intermediário, por qualquer órgão ou serviços internos, deverá ser requisitada em impresso de modelo estabelecido pelo Arquivo (anexar modelo) e só permanecerá fora deste, até ao prazo máximo de trinta dias, renovável mediante nova solicitação.

**Artigo 16º**

Findo o período de validade da requisição, segundo o artigo 15º, o Arquivo avisará o serviço requisitante, solicitando a devolução imediata da documentação ou a renovação do pedido.

**Parágrafo único:** Ao ser devolvida a documentação, deverá ser conferida a sua integridade e ordem interna, perante quem a devolve e/ou requisitou.

**Capítulo VI – Empréstimo****Artigo 17º**

Os documentos pertencentes ao acervo permanente não serão passíveis de empréstimo e portanto, sob hipótese nenhuma, serão retirados do Arquivo. Os documentos pertencentes ao acervo intermediário poderão ser disponibilizados na íntegra aos setores e órgãos do Instituto de Artes, respeitando o Artigo 15º deste regulamento.

## **Capítulo VII – Pessoal: deveres e atribuições**

### **Artigo 18º**

Os Arquivos Setoriais corresponderão às unidades de arquivamento de documentos corrente e intermediário, produzidos e recebidos em função de suas atividades, e localizados junto aos departamentos e demais setores do Instituto.

### **Artigo 19º**

Os Arquivos Setoriais serão integrados por funcionários responsáveis pelas atividades de arquivo, indicados pela coordenação do departamento ou setor.

### **Artigo 20º**

Aos Arquivos Setoriais compete:

- a - racionalizar a produção, receber, controlar e organizar os documentos, produzidos e acumulados pelos demais órgãos que compõem a Unidade (IA);
- b - conhecer a estrutura funcional e as relações hierárquicas dos órgãos aos quais estão subordinados;
- c - manter o controle dos Arquivos Correntes dos órgãos e seus respectivos acervos;
- d - atender e controlar consultas e empréstimos de documentos que estão sob sua custódia;
- e - participar do processo de avaliação de documentos, transferindo a documentação de acordo com a Tabela de Temporalidade e destinação de documentos das atividades – meio e fim, para o Arquivo Histórico;
- f - elaborar Listas de Transferência (conforme modelo adotado pelo arquivo) dos documentos a serem transferidos e/ou recolhidos, ao Arquivo Histórico;
- g – receber e executar as orientações técnicas e normativas emanadas pelo Arquivo Histórico;
- h - zelar pelas condições de conservação do acervo documental produzido e acumulado, enquanto estiverem sob sua custódia;
- i - exercer outras atividades que assegurem o bom desempenho dos Arquivos Setoriais.

### **Artigo 21º**

Compete ao responsável pelo Arquivo Histórico, além das atribuições já enunciadas, e no âmbito das suas funções:

- a) O cumprimento global deste regulamento;
- b) Providenciar a segurança dos acervos documentais existentes no Arquivo;
- c) Zelar pela boa conservação física das espécies em depósito;
- d) Fornecer, mediante as necessárias ponderações, a reprodução de documentos;
- e) Procurar, dentro dos limites legais, rentabilizar as cedências de informação a investigadores e interessados;
- f) Executar outras tarefas inerentes à atividade arquivística, a desenvolver no respectivo serviço;
- g) Zelar pela dignificação do serviço.
- h) Elaborar anualmente um relatório de atividades e projetos do Arquivo.

## **Capítulo VIII – Normas de Reprodução**

### **Artigo 23º**

A reprodução da documentação de carácter permanente só será permitida nas dependências do Arquivo Histórico, desde que o meio de reprodução não seja prejudicial ao documento original.

**Parágrafo único:** Os procedimentos e técnicas de reprodução serão baseados nas Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ / 2010.

### **Artigo 24º**

Todo e qualquer cidadão que fizer uso de informações ou documentos pertencentes ao Arquivo Histórico do Instituto de Artes ficará obrigado a fazer referência à fonte, na forma da Lei.